

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM DUAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DO OESTE CATARINENSE

Darlan Carlos Buratti¹
Luis Umberto Allievi Frizon²
Tais Daiane Soares Assumpção Bianchet³

RESUMO

A análise econômica e financeira é uma importante ferramenta que pode ser utilizada para diagnosticar possíveis riscos de crédito, potenciais clientes, julgar o desempenho esperado e monitorar assim o progresso da organização a fim de alcançar os objetivos desejados. O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise econômica e financeira em duas cooperativas agrícolas da região oeste catarinense, a Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia e a Cooperalfa, sendo está realizada com base nos dados dos anos de 2014 a 2016, a fim de verificar sua situação patrimonial, liquidez, endividamento, rentabilidade e lucratividade. Realizadas as análises dos três anos verificou-se que ambas as cooperativas encontram-se em situação favorável, e não correm grandes riscos de comprometer seus capitais. Único ponto é que as duas cooperativas estão com a rentabilidade baixa e seria interessante dar uma certa atenção para a mesma, e também com relação ao alto valor de recursos disponíveis no ativo da Alfa.

Palavras-chave: Análise econômica e financeira. Demonstrações contábeis. Indicadores financeiros.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Padoveze (2015), saber analisar e interpretar as movimentações financeiras da empresa, é de suma importância para conceder um diagnóstico da viabilidade e retorno do investimento.

Segundo Bruni (2011) a análise financeira pode ser utilizada para diagnosticar possíveis riscos de crédito e potenciais clientes, julgar o desempenho esperado das empresas e monitorar o progresso da firma a fim de alcançar os objetivos desejados.

Neste contexto, a administração financeira tem como objetivo maximizar a riqueza dos acionistas da empresa, e o profissional responsável pela criação do valor da empresa é o administrador financeiro, que precisa envolver-se sempre mais nos negócios da mesma. Baseia-se no uso de técnicas, conceitos, práticas de investimento, financiamentos,

¹ Acadêmico de Administração da UCEFF. E-mail: darlan_buratti@hotmail.com.

² Docente do curso de administração da UCEFF. E-mail: lfrizon@gmail.com.

³ Docente da UCEFF. E-mail: tais@uceff.edu.br.

gerenciamentos de risco, pagamento de dividendos entre outros (CHEROBIN; RIGO; JÚNIOR, 2002).

Para Padoveze (2015), as empresas nascem a partir de investimentos para produzir e vender os produtos e serviços escolhidos. Esses investimentos são destinados aos diversos ativos necessários para as operações, que movimentados pelas comercializações geram os lucros necessários para dar o retorno desejado.

Segundo Matarazzo (2010), as demonstrações financeiras fornecem inúmeros dados sobre a empresa de acordo com as regras contábeis, então por meio da análise de balanços é possível transformar esses dados em informações, que por consequência contribuirá no processo de tomadas de decisão.

A análise de balanço permite uma visão estratégica dos planos da empresa analisada e permite também analisar os seus pontos fortes e fracos. Isso também é de extrema importância para todos os que pretendem relacionar-se com a empresa, sejam eles fornecedores, financiadores, acionistas e até mesmo os empregados (MATARAZZO, 2010).

Segundo Macpherson (2003), uma cooperativa é formada por um grupo de pessoas unidas voluntariamente, que buscam sanar principalmente suas necessidades sociais, culturais e econômicas, por meio de um empreendimento da junção das forças de todos e também de um controle de todas as partes envolvidas.

Para Reisdorfer (2014), as cooperativas assim como qualquer outra empresa, podem deter de uma boa ou má gestão, então para auxiliar os gestores em seus processos, estão surgindo sistemas de gestão para dar um suporte sólido nos processos de decisão. Portanto nesta linha os controles financeiros internos têm como objetivo principal o alinhamento das ações com o planejamento estratégico, além de fornecer eficiência às operações e confiabilidade, principalmente através de demonstrações contábeis.

Desta maneira pode-se constatar que hoje para administrar é preciso entender de mercado, finanças, contabilidade, economia, recursos humanos, custos, qualidade, vendas e vários outros meios que são imprescindíveis para obter-se o sucesso da empresa. Pode-se dizer que é preciso ter uma visão holística, portanto, toda e qualquer empresa precisa ter sua equipe muito bem estruturada ao segmento, e a ligação entre os negócios da cooperativa devem estar fundamentados em princípios sólidos da administração (REISDORFER, 2014).

Para todas as organizações, independente do ramo de atuação, é de suma importância que as mesmas saibam como está o seu faturamento, suas vendas, e seu caixa, para a partir de

então realizar um planejamento para o próximo período, visando alavancar seu resultado financeiro.

Dessa maneira, buscando trazer dados condizentes com o nosso contexto regional, buscou-se saber a situação econômica das principais cooperativas agrícolas do oeste catarinense, por meio deste estudo que possui como questão problema: **Qual a situação econômica e financeira das duas principais cooperativas agrícolas da região oeste catarinense?**

Tendo como objetivo geral, verificar a situação econômica e financeira de duas cooperativas agrícolas localizadas na região oeste catarinense, sendo estas, a Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia e a Cooperalfa. E como objetivos específicos, calcular os indicadores econômicos e financeiros para realização da análise e realizar o diagnóstico comparativo da situação econômica e financeira das cooperativas em estudo.

A análise econômica e financeira de uma empresa é uma ferramenta de alta importância na atualidade, por meio dela é possível efetuar-se análises dos reais números da organização, bem como interpretar os valores e observar em que períodos a organização teve uma maior rentabilidade. Através desta, também é possível realizar a comparação dos balanços de diferentes anos e setores, observando quais os períodos mais rentáveis, quais os setores mais rentáveis, e por que estes tiveram resultados superiores aos demais. Desta maneira dando um suporte magnífico para a gestão de organização e para as próximas tomadas de decisões (SILVA, 2005).

Este estudo justifica-se pela necessidade de avaliação econômica e financeira dos possíveis pontos falhos da Cooperativa de produção e Consumo Concórdia e da Cooperalfa, e por meio desta tentar encontrar meios para minimizar os impactos causados e maximizar sua lucratividade.

A pesquisa também se faz necessária pois oferece ao acadêmico condições de aperfeiçoar e pôr em prática o conhecimento adquirido e desenvolvido durante o curso, além de proporcionar um desenvolvimento de interpretação de dados em relação as análises econômicas e financeiras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADMINISTRAÇÃO

A administração é formada por um conjunto de atividades que são direcionadas a utilização eficiente e eficaz dos recursos, almejando sempre atingir um ou mais objetivos ou metas da organização (SILVA, 2013).

Segundo Chiavenato (2000), a tarefa da administração é interpretar os objetivos da organização e modificá-los, tornando estes objetivos em uma ação organizacional por meio do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todos os níveis e áreas da organização, assim alcançando os objetivos de forma eficiente e eficaz.

A administração é o processo de tomar e colocar em prática as decisões pertinentes aos objetivos e a utilização dos recursos da organização. Tal processo abrange quatro tipos de decisões, também chamadas de processos (MAXIMIANO, 2004).

De acordo com Silva (2013), os processos que compõem as atividades básicas da administração para alcançar os resultados determinados ou almejados são subdivididos em planejamento, organização, direção e controle. Na fase de planejamento ocorre a determinação dos objetivos e metas para o desempenho futuro e decisão das tarefas que serão utilizadas para tal. Na fase da organização acontecem as designações de tarefas, agrupamento das mesmas em departamentos e busca de recursos para os departamentos. Na etapa da direção, tem-se a influência para que outras pessoas exerçam suas tarefas para que se atinjam os objetivos estabelecidos, envolvendo a organização e também através da persuasão dessas. Por fim, na etapa de controle ocorre a atividade de comparação do desempenho atual com os padrões estabelecidos, ou seja, com o planejado.

A administração é necessária sempre em momentos nos quais as pessoas realizam um trabalho em grupo em uma organização e as funções gerenciais precisam ser executadas por qualquer pessoa que seja responsável por algum tipo de atividade da empresa, em todos os níveis organizacionais, independentemente do tipo ou tamanho da mesma (SILVA, 2013).

2.1.1 Administração Financeira

As empresas nascem a partir de investimentos em operações que são necessárias para a comercialização de bens e serviços escolhidos, e tais investimentos são destinados aos diversos setores ativos que são necessários para o processo. Esses ativos são movimentados pelos colaboradores de forma que possam produzir e comercializar seus produtos,

consequentemente gerando o retorno financeiro necessário para dar a contrapartida esperada pelos investidores (PADOVEZE, 2015).

Segundo Hoji (2014), para a administração financeira, o principal objetivo econômico das corporações é o aumento de seu valor de mercado, pois dessa forma os proprietários irão obter uma maximização de riqueza, sejam eles acionistas da sociedade por ações ou sócios da sociedade por cotas.

A administração financeira pode ser exercida nas mais variadas entidades organizacionais, indústria, comércio, serviços, empresas estatais e privadas, governos, escolas, hospitais, clubes recreativos entre vários outros. Suas principais atribuições são o planejamento, controle, orçamento, previsões, fluxo de caixa, investimentos, financiamentos, crédito, cobrança, operações bancárias e gerenciamento de risco (JUNIOR, *et al.* 2002).

2.2 ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA

Para Padoveze (2015), a análise financeira consiste em um processo de estudos sobre os demonstrativos contábeis analisados, tendo como objetivo uma avaliação dos aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros da empresa. A avaliação da empresa tem por finalidade analisar o seu resultado e desempenho, buscando identificar os pontos mais fortes, bem como os pontos falhos dos processos operacionais e financeiros, para consequentemente propor alternativas para melhorias dos processos.

A análise de balanços permite ao gestor uma visão estratégica e também dos planos da empresa, através desta é possível se ter uma visão de seu futuro, das suas limitações e de seus pontos mais fortes. Esta é de suma importância para todos que pretendem relacionar-se com a empresa, sejam eles fornecedores, clientes, financiadores, acionistas ou até como empregados, pois por meio deste é possível fazer uma avaliação da saúde financeira da organização (MATARAZZO, 2010).

Segundo Matarazzo (2010) por meio das demonstrações financeiras é possível analisar uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados empresariais em informações. Os dados são números ou descrição de objetos e eventos que isoladamente não produzem nenhuma reação no leitor. Quanto as informações, elas representam para seu receptor uma comunicação que pode produzir uma reação ou uma decisão, que geralmente é acompanhada de algum efeito surpresa.

A análise vertical é aquela que representa a participação percentual ou de estrutura dos elementos das demonstrações contábeis. Assume-se de 100% de um determinado elemento patrimonial que a princípio deve ser o mais importante e faz-se uma relação percentual com todos os outros elementos sobre ele (PADOVEZE, 2005).

Também chamada de análise de estrutura, essa análise tem como objetivo o estudo da estrutura das demonstrações contábeis, por meio do cálculo de coeficientes de participação, que são adquiridos através da comparação de itens homogêneos, extraídos das demonstrações contábeis (FERRARI, 2014).

Para Matarazzo (2010), a análise vertical demonstra detalhes das demonstrações financeiras que muitas vezes não são perceptíveis através de índices. Estas análises partem do geral para o particular, calculando índices para posteriormente aplicar a análise vertical ou horizontal, através destas análises é possível saber qual o principal credor e a variação das contas.

De acordo com Matarazzo (2010), a análise horizontal se baseia na evolução ou regressão das contas em relação a exercícios anteriores, com maior frequência usada com referência a demonstração mais antiga. Da mesma forma tanto na demonstração do resultado quanto no balanço patrimonial.

Segundo Padoveze e Benedicto (2005), a análise horizontal é uma análise da evolução, do crescimento ou da diminuição, que permite identificar a variação positiva ou negativa de um período em relação ao anterior. Toma-se como 100% todas as contas de um determinado período e se faz uma relação percentual em cima dos dados desse período, e o novo número que surge é relativo e indica quanto o período subsequente é maior ou menor ao período anterior.

Este tipo de análise visa o estudo da evolução dos componentes das demonstrações contábeis ao longo dos exercícios sociais, através do cálculo de números índices, sendo que esses são obtidos a partir de um exercício social tomado como base, onde todos os itens componentes das demonstrações nesse exercício são fixados em 1 ou 100%, e a partir de então são determinados os demais índices referentes às demonstrações dos outros exercícios sociais, que normalmente são tomados subsequentes como base (FERRARI, 2014).

2.3 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

De acordo com Crepaldi (2003), a contabilidade e o mercado financeiro estão sempre passando por mudanças e visam levar aos usuários das demonstrações contábeis a maior realidade possível sobre a empresa, sempre de forma clara e objetiva, e também oferecer suporte para a tomada de decisões, buscando construir uma nova base de informações gerenciais.

Em decorrência desse objetivo, surgem os indicadores econômicos e financeiros que são uma forma de fornecer suporte aos órgãos administrativos, aumentando o leque de informações de processos gerenciais. São apresentados em comparação com índices padrões para observar a saúde econômica da empresa, identificando os setores problemáticos, para uma posterior tomada de decisões para correção dos mesmos, buscando melhorar o desempenho da instituição (CREPALDI, 2003).

Para Padoveze (2015, p. 213), os indicadores “são cálculos matemáticos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, procurando números que ajudem no processo de clarificação no entendimento da situação da empresa”.

Os indicadores são construídos a partir de inter-relações e interdependência de elementos patrimoniais do ativo, passivo e resultado em que o objetivo é evidenciar a situação da empresa, além de criar uma previsão do que acontecerá com a empresa em consequência dos indicadores terem continuidade. Dessa maneira será possível que os gestores, por meio das informações revertam a situação ou impeçam o agravamento da mesma (PADOVEZE, 2015).

2.3.1 Índices de Liquidez

O objetivo principal desse quociente é avaliar como está a situação financeira da empresa, analisando-a em seu total, a capacidade da mesma saldar suas dívidas de curto e longo prazo utilizando apenas os recursos disponíveis no ativo da empresa (FERRARI, 2014).

Segundo Bruni (2011), a análise dos índices de liquidez é dividida em quatro grupos, a liquidez corrente, liquidez geral, liquidez imediata e liquidez seca. Esses índices são capazes de mostrar a capacidade que a empresa possui em cumprir seus compromissos com terceiros, fazendo uma comparação com os direitos realizáveis e as exigibilidades, de modo geral eles demonstram a capacidade de pagamento de dívidas da empresa, porém, cada índice com a sua

finalidade específica, fornecendo informações diferentes para melhores tomadas de decisões dos administradores.

De acordo com Ferrari (2014), geralmente quanto maior for o valor dos índices de liquidez, maior será a capacidade da empresa pagar suas dívidas e assim tendo uma melhor situação financeira. Porém, existe a possibilidade de em alguns casos o valor muito alto não ser bom para a organização, pois pode representar excesso de créditos com prazo alongado para recebimento ou também muito dinheiro não aplicado em estoques ou no mercado financeiro quando existe um alto nível de inflação.

Para Ribeiro (2014, p. 163), os quocientes de liquidez “evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros”.

Iudícibus (1998, p. 99), destaca a importância dos índices não serem analisados isoladamente, pois “como todos os quocientes ou grupos de quocientes, perdem em significação se não forem analisados em conjunto com outros grupos”.

Segundo Oliveira (2008, apud Matarazzo, 1994), muitas pessoas confundem índices de liquidez com índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices retirados do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas do dinheiro, eles são índices que a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, buscam medir quão sólida é a base financeira da empresa, pois uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis, como prazo, renovação de dívidas entre outras.

2.3.2 Índices de Endividamento

Esse indicador tem como finalidade principal transformar a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial em números percentuais, além de indicar percentualmente também a sua relação com o capital próprio, que é representado pelo patrimônio líquido. De uma forma mais ampla, esses indicadores mostram o percentual dos ativos que é financiada com capitais de terceiros e próprios, ou se empresa possui alguma dependência dos recursos de terceiros (PADOVEZE; BENEDICTO, 2005).

Também chamado de quociente de estrutura de capitais, esses índices são responsáveis por avaliar o grau de dependência de uma organização com relação aos capitais de terceiros, isto é, avaliar a forma da obtenção de recursos da empresa (FERRARI, 2014).

Segundo Ribeiro (2014), tais quocientes existem para demonstrar aos interessados, qual é o grau de endividamento da empresa em consequência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Além disso, mostram qual a proporção que existe entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, sabendo-se que esses são obtidos por meio de cálculos com base em valores retirados do balanço patrimonial.

São responsáveis por avaliar a composição financeira da empresa, ou seja, em aspectos gerais e amplos, comparam elementos do passivo da empresa, para medir a participação do capital de terceiros e capital próprio no financiamento total das atividades da empresa. (LINS; FILHO, 2012).

Os capitais próprios e os capitais de terceiros são os responsáveis por fornecer recursos para a organização, e também financiam os investimentos feitos pela empresa em bens e direitos. Em situações onde os investimentos da empresa são financiados em sua maioria por capitais próprios e em minoria de capitais de terceiros, pode-se concluir a princípio, que a situação financeira da empresa é satisfatória (RIBEIRO, 2014).

2.3.3 Índices de Rentabilidade

O objetivo principal desses quocientes é avaliar a real situação econômica da organização. Através desses índices é possível medir o retorno de capital por meio dos lucros e receitas da empresa, dessa forma a maior parte dos índices relacionam os elementos retirados do balanço patrimonial com os elementos da demonstração do resultado do exercício (FERRARI, 2014).

Para Ribeiro (2014), os quocientes de rentabilidade servem para medir qual a capacidade econômica da empresa, ou seja, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa. Tais dados são calculados com base nos valores retirados da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial.

Segundo Iudícibus (1998), devemos relacionar um lucro de algum empreendimento com algum valor que expresse qual a real dimensão do mesmo, para posteriormente analisar como a empresa se saiu em determinado período. O melhor conceito de dimensão poderá ser

em alguns momentos o volume de vendas, em outros o valor do ativo total, ou o valor do patrimônio líquido, ou o valor do ativo operacional, tudo depende da aplicação feita.

A rentabilidade do capital que é investido na empresa é conhecida através do confronto entre contas ou grupos de contas da demonstração do resultado do exercício ou conjugando-as com grupos de contas do balanço patrimonial (RIBEIRO,2014).

2.3.4 Índices de Lucratividade

Segundo Gitman (2001, p. 141) nos afirma que os índices de lucratividade “[...] avaliam o lucro da empresa com relação a um dado nível de vendas, certo nível de ativos, ou o investimento dos proprietários. Sem lucros uma empresa não consegue atrair capital de fora”.

Os índices de lucratividade são uma importante análise, pois representam o quanto a empresa está ganhando, contudo é preciso compreender o lucro, analisado de diferentes formas, como o lucro bruto, o lucro operacional e o lucro líquido. Então, quando uma análise de lucratividade é realizada de forma relativa a DR busca-se analisar os resultados apresentados pela empresa em comparação com as vendas (BRUNI, 2011).

Ainda seguindo os ideais de Bruni (2011), quando os lucros são apurados de forma relativa à receita líquida, que está contida na DR pode-se apresentar os índices de lucratividade, que também são chamados de margens, sendo que estes buscam analisar os resultados atingidos pela organização, geralmente comparado em relação às vendas.

Dentre outras utilidade que esta ferramenta pode oferecer, para os usuários das informações contábeis e gestores, sem dúvida a sua principal função é medir a lucratividade de uma organização em determinado período de tempo (SCHMITZ, 2015, *apud* ASSAF NETO, 2012).

3 METODOLOGIA

A metodologia científica traduz-se em avaliar as mais variadas formas e métodos disponíveis, buscando identificar se os mesmos possuem limitações ou não no quesito de implicações perante a suas utilizações. Quando a metodologia é aplicada, ela encarrega-se das obrigações de avaliar e examinar os métodos e técnicas de pesquisa, além de avaliar novos

métodos que podem levar a obtenção e processamento de informações (BARROS; LEHFELD, 2007).

O método científico utilizado nesta pesquisa foi o dedutivo. “Que partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)” (MARCONI; LAKATOS, 2014, p. 110).

O método dedutivo, ao contrário da indução, procura transformar enunciados complexos, universais, em enunciados particulares. A conclusão sempre resultará em uma ou várias premissas, fundamentando-se no raciocínio dedutivo (FIGUEIREDO, *et al.* 2014, *apud* OLIVEIRA, 1997).

Durante o estudo, a pesquisa a ser utilizada é à descritiva, pois os seus estudos englobam primordialmente a descrição das características obtidas para a análise dos dados coletados.

A pesquisa descritiva apresenta características de uma determinada população ou de um certo fenômeno, esta também pode vincular correlações entre variáveis e definir sua natureza. A forma de pesquisa descritiva não possui nenhuma obrigação ou compromisso de explicar os fenômenos que relata, apesar de que esses sirvam de base para tal explicação (VERGARA, 2008).

A técnica utilizada para a classificação do estudo será a documental, pois será feita somente a análise e observação de dados contidos em documentos organizacionais, que são as demonstrações contábeis.

A análise documental consiste na utilização de documentos armazenados em arquivos de instituições, podendo serem estas públicas ou privadas, estes documentos podem ser relatórios, atas, estatutos, fotos, mapas, manuais entre vários outros (FIGUEIREDO, *et al.* 2014).

Os documentos têm um grande valor, pois representam sistemas e estruturas da organização, através de sua análise é possível compreender as situações. Permite conceituar a organização com base em visão de dentro da mesma, isso aliado a métodos que se propõem a testar hipóteses e partem de uma visão de fora, onde o pesquisador utiliza instrumentos estruturados em conceitos teóricos externos (ROESCH, 2009, *apud* FORSTER, 1994).

A coleta de dados é a fase aonde é questionado a realidade e busca-se dados através da aplicação de técnicas. Portanto o instrumento de pesquisa adotado dependerá do tipo de

informação que se pretende buscar ou do tipo de objeto de estudo (BARROS; LEHFELD, 2007).

O instrumento de coleta de dados a ser utilizado neste estudo, serão os documentos. Segundo Michel (2009) a análise documental, significa, consulta a documentos, registros que pertencem ou não ao objeto de pesquisa em estudo, buscando adquirir informações pertinentes para o entendimento do problema.

Para Beuren (2008), os documentos são uma rica fonte de fornecimento de dados para as pesquisas em ciências sociais, sejam eles escritos ou não, geralmente agilizam o processo de investigação, além de serem indispensáveis em algumas pesquisas, que por sua natureza exigem documentação.

Neste item trata-se de definir toda a população e a população amostral. População não é o número de habitantes de um local, como é conhecido o termo, mas sim um conjunto de elementos, englobam empresas, produtos e pessoas, que possuem características que serão objeto de estudo. População amostral ou amostra é uma parte da população escolhida segundo algum critério de representatividade (VERGARA, 2008).

No presente estudo a população é representada pelas cooperativas agrícolas da região do oeste catarinense, e portanto tem-se como população amostral a Cooperativa de Produção e Consumo Concordeia e a Cooperalfa.

A amostra foi selecionada de forma intencional e é composta pelas principais cooperativas agrícolas da região do oeste catarinense. Foram selecionadas somente estas duas cooperativas pois são as duas principais da região, que comportam o maior número de associados da região, e também pelo motivo de uma maior facilidade para aquisição das informações.

A presente pesquisa é representada como uma pesquisa quantitativa, pois, “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos” (BEUREN, 2008, p. 92).

O método de pesquisa quantitativo também tem grande importância pois se destaca ao ter intenção de garantir uma confiabilidade e assertividade de resultados, evitar falhas de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto as partes concretizadas (BEUREN, 2008).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Tratando-se de liquidez corrente, ambas cooperativas, estão em evolução, podendo confirmar assim que estão tendo um aumento na capacidade de honrar suas obrigações no curto prazo.

A Copérdia no ano de 2014 contava com R\$1,03 para cada um real de obrigações vencíveis no período, obtendo um leve crescimento no período seguinte, e em 2016 já possuía R\$ 1,08 para cada real de obrigações.

Já a cooperativa Alfa, no ano de 2014 tinha em mãos R\$ 1,71 para cada R\$ 1,00 de dívidas, e no último ano de 2016 teve um grande aumento, onde para cada real de obrigações a mesma tinha R\$ 2,02 disponíveis.

Neste quociente, ambas cooperativas estão em ótima situação de liquidez, mas a Alfa apresenta-se melhor, pois dispunha de R\$ 2,02 para cada real de obrigações, quase o dobro do valor que a Copérdia possuía no mesmo período.

Na liquidez seca, a cooperativa Copérdia no ano de 2014 contava com R\$ 0,66 de valor circulante, já descontado os estoques, para cada um real de obrigações vencíveis no período, e em 2016 teve um pequeno aumento passando a ter R\$ 0,67 para cada um real de obrigações.

A cooperativa Alfa apresentou variações mais significativas, onde em 2014 possuía para cada um real de dívidas R\$ 1,19 disponível, e em 2016 teve uma ascensão no valor passando para R\$ 1,31 para cada um real de obrigações vencíveis no período, o que nos faz crer que provavelmente a quantidade de estoque no período diminuiu pela sua venda. No quesito liquidez seca a cooperativa Alfa apresenta um índice melhor, onde possui mais ativos circulantes para saldar suas dívidas já descontando os estoques.

Com relação a capacidade de quitação dos compromissos vencíveis no curto prazo, a liquidez imediata, a cooperativa Copérdia está em uma situação confortável, onde no ano de 2014 a mesma contava com R\$ 0,17 para cada um real de dívida, no ano de 2015 com R\$ 0,16 e no último ano 2016 possuía R\$ 0,15 para cada um real de obrigações. No decorrer dos períodos analisados é possível confirmar que a empresa vem decaindo se analisado este indicador, quedas pequenas, mas significativas, pois no último período a cooperativa ficaria com déficit de R\$ 0,85 para cada um real de obrigações.

Já, a cooperativa Alfa se encontra em uma situação muito mais agradável e favorável ao trabalho, no ano de 2014 ela possuía R\$ 1,13 para cada um real de obrigações, no ano seguinte teve uma queda, onde teria R\$ 1,03 mas mesmo assim teria capacidade de honrar seus compromissos, e no ano de 2016 teve um grande crescimento no valor, onde tinha capacidade de pagar R\$ 1,29 para cada um real de dívidas. Demonstrando assim que tem grande capacidade financeira de honrar seus compromissos no curto prazo, portanto apresenta também melhor situação de liquidez imediata quando comparada com a Copérdia.

Analisando o indicador de liquidez geral aplicado, que analisa as obrigações tanto no curto como no longo prazo, a cooperativa Copérdia, no ano de 2014 contava com R\$ 0,86 para cada um real de dívidas, no ano de 2015 possuía R\$ 0,87 e em 2016 já tinha capacidade de pagar R\$ 0,95 para cada um real de obrigações, o que nos mostra que a organização está melhorando.

Já, a cooperativa Alfa nos mostra que no período de 2014 tinha capacidade de R\$ 1,10 para cada real de obrigações totais, no ano seguinte de 2015 contava com R\$ 1,11 e no ano de 2016 possuía R\$ 1,21 para cada um real de dívidas, evidenciando assim uma situação financeira muito boa e com grande solidez.

Portanto, tratando-se de liquidez geral as duas organizações analisadas apresentam uma boa situação, com bons índices, mas a Cooperalfa está em situação mais favorável, onde possui um valor de liquidez maior.

O indicador de participação de capitais de terceiros nos revela qual é o nível de dependência dos negócios em relação aos recursos de terceiros, ou seja, bancos, fornecedores, e outros recursos. É quanto a empresa utiliza de capital de terceiros para cada um real de capital próprio.

A cooperativa Copérdia, no ano de 2014 utilizava R\$ 2,33 de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio, no ano seguinte, 2015, ela utilizava R\$ 2,07 de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio e no ano de 2016 usava R\$ 1,89. Portanto isso nos denota que a cooperativa tem grande dependência de recursos de terceiros, porém, esses valores estão diminuindo e o nível de dependência de recursos de terceiros também.

A cooperativa Alfa, contava no ano de 2014 com R\$ 0,92 de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio, em 2015 sua dependência por recursos de terceiros aumentou 22,82%, chegando a R\$ 1,13, e no ano de 2016 a organização contava com R\$ 0,78 de capitais de terceiros para cada um real de capital próprio.

A Copérdia no ano de 2014 precisava pagar R\$ 0,74 de obrigações no curto prazo, ou seja, 74,28% de seu endividamento era de curto prazo, no ano seguinte 73,81% e no último período analisado, 2016, precisava pagar R\$ 0,73 no curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações totais. Nos três anos analisados a Copérdia obteve uma variação de apenas 0,66%, caindo de 74,28% para 73,79%.

A alfa no período de 2014, possuía em suas obrigações de curto prazo um percentual de 61%, ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigações totais a mesma precisaria quitar R\$ 0,61 no curto prazo, e no ano de 2016 a cooperativa precisaria saldar R\$ 0,57 no curto prazo para cada um real de obrigações totais, resultando assim em uma baixa de 6,55% nos valores a serem pagos no curto prazo desde o início da análise até o ano de 2016, o que é bom para a organização pois está diminuindo as suas obrigações de curto prazo.

O quociente de imobilização do patrimônio líquido reflete um engessamento dos recursos próprios, geralmente quanto maior o índice, maior a dependência de terceiros para atender os compromissos financeiros, revela qual parcela do patrimônio líquido foi usada para financiar a compra do ativo fixo.

No ano de 2014 a cooperativa Copérdia precisava imobilizar de seu ativo fixo R\$ 1,33 para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, e no último período analisado o valor era de R\$ 1,10 para cada R\$1,00 de patrimônio líquido. A Copérdia portanto reduziu em 17,29% o percentual de valor que precisava ser imobilizado para financiar a compra de ativos fixos, o que para a empresa é bom, pois demonstra que sua dependência por recursos de terceiros vem diminuindo.

A cooperativa Alfa no ano de 2014 precisava imobilizar de seu ativo fixo R\$ 0,91 para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, no ano seguinte o valor era de R\$ 0,87, e em 2016 o valor era R\$ 0,84 para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido. Demonstrando assim que também vem diminuindo sua dependência por recursos de terceiros, diminuindo 7,69% este percentual.

A rentabilidade do ativo é um indicador muito útil para monitorar a evolução ao longo do tempo, ela destaca o potencial de geração de lucros por parte da empresa, ou seja, quanto ela consegue de lucro líquido para cada real de investimentos totais.

A Copérdia possuía no ano de 2014 uma margem de rentabilidade do ativo de 9%, ou seja, para cada R\$ 1,00 de investimentos totais a mesma gerava de lucro líquido R\$ 0,09. No ano seguinte teve uma grande redução nesta margem, decaindo 33,33% atingindo 6% de

rentabilidade e no último ano obteve outra queda chegando aos 4% de rentabilidade, restando então R\$ 0,04 para cada real de investimentos totais.

A cooperativa Alfa no ano de 2014 tinha uma margem de rentabilidade 22,22% menor do que a da Copérdia no mesmo período, sendo está de 7%, decaindo 14,28% no ano seguinte e após estabilizou em 2016 com margem de 6%, portanto, para cada R\$ 1,00 de investimentos totais a organização gerava de lucro líquido R\$ 0,06.

O quociente de rentabilidade do patrimônio líquido nos informa como está a remuneração dos investimentos próprios por parte dos proprietários, ou seja, qual é a taxa de rendimento do capital próprio aplicado na organização.

Portanto a cooperativa Copérdia no ano de 2014 possuía uma taxa de rendimento sobre seu capital próprio de 29%, sendo que no período seguinte obteve uma queda considerável alta de 31,03% tendo então uma margem de 20% e no último ano analisado que foi 2016, contavam com uma margem ainda menor, 11% de rentabilidade.

A Alfa também obteve uma queda de rentabilidade neste indicador, nos anos de 2014 e 2015 a organização tinha uma margem de rendimento sobre seus capitais próprios de 13%, e somente em 2016 ela veio a baixar, neste período a margem caiu 15,38%, ficando na faixa de 11% de rentabilidade.

Portanto, nessas condições, principalmente, para os associados da Alfa, seria mais conveniente investir seus recursos em alguma aplicação financeira, pois, a mesma nos anos de 2014, 2015 e 2016 tinha margens de rentabilidade de 13%, 13% e 11%, respectivamente, sendo que a taxa Selic no mesmo período era de 11,15%, 14,15% e 13,65%. Desta forma, seria mais seguro e rentável para a organização apenas investir seu dinheiro, pois estaria em uma aplicação segura, sem riscos de perda ao invés de correr riscos, de mercado, de crises, de inadimplência para capitalizar praticamente ao mesmo percentual.

A margem bruta nos mostra quanto a empresa obtém de retorno sobre as vendas, já descontados os custos das mercadorias ou dos serviços prestados. Quanto maior a margem bruta, maior é a rentabilidade das vendas.

A Copérdia no ano de 2014 possuía uma margem bruta de 14% sobre os produtos vendidos, ou seja, para cada R\$ 1,00 de venda a empresa dispunha de R\$ 0,14 de margem bruta, em 2015 com 15% e no ano de 2014 contava com 13% de margem. A cooperativa obteve uma queda de 7,2% em sua margem bruta desde o ano base 2014 até o atual 2016.

A cooperativa Alfa tem uma margem bruta constante nos últimos três períodos analisados, conta com uma margem de 16%, já descontados os custos das mercadorias vendidas, ou seja, para cada um real vendido ela dispunha de R\$ 0,16 somente baixando a margem no ano de 2016 onde a mesma era de 14%.

A margem líquida é o montante que resta aos acionistas e/ou empresários, com relação as receitas de vendas ou prestações de serviços da empresa, mostra qual o real lucro líquido para cada unidade de venda efetivada.

É possível observar que a Copérdia no ano de 2014 tinha uma margem líquida de 6%, então, para cada R\$1,00 vendido ela contava com R\$0,06 de lucro, sendo que no período subsequente decaiu para 5% e no último período analisado chegou a 3%. Portanto a sua margem líquida teve uma queda de 50%, do ano do início da análise até o ano de 2016, provavelmente sofreu influência da crise financeira estabelecida no período ou até por pressão dos clientes com relação aos preços praticados, e como existe muita concorrência, para não perder vendas possivelmente em alguns casos baixaram os preços para concretizar as vendas.

A Alfa apresentou quedas em seus balanços, no período de 2014 contava com uma margem de 5,13% que se manteve estável no ano de 2015, porém, em 2016 decaiu para 4,27%, tendo então R\$0,0427 de lucratividade para cada R\$1,00 vendido, confirmando uma queda de 20% em sua margem líquida, desde o ano de 2014 até o último analisado.

O índice margem operacional nos mostra qual o lucro operacional obtido por uma empresa para cada unidade de venda realizada depois dos pagamentos dos custos e despesas operacionais. A Copérdia no ano de 2014 tinha uma margem de 3%, aumentando para 4% em 2015, e no ano de 2016 voltou ao patamar inicial de 3%, ou seja, sobriam R\$ 0,03 para pagamento de despesas financeiras e gerar lucro, demonstrando-se muito importante para a empresa que busque aumentar sua margem operacional visando aumentar seus lucros diante de um cenário econômico muito competitivo.

A cooperativa Alfa possuía uma margem 66,66% mais alta que a da Copérdia no ano de 2014, onde a mesma era de 5,16%, e se manteve a mesma no ano seguinte, somente baixando no ano de 2016, onde seu percentual de lucratividade era de 3,97%, então, para cada unidade monetária vendida a mesma dispunha de R\$ 0,039 de margem operacional. No ano de 2016 a margem operacional da Alfa era 20% menor se comparada ao ano base da análise, que foi 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo verificar a situação econômica e financeira de duas cooperativas agrícolas localizadas na região oeste catarinense, sendo estas, a Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia e a Cooperalfa no período de 2014 a 2016. O objetivo geral do estudo foi atendido na medida que os objetivos específicos foram respondidos.

Para atender o primeiro objetivo específico do estudo buscou-se identificar os principais indicadores econômicos e financeiros a serem utilizados no trabalho, onde os usados foram os indicadores de liquidez, indicadores de endividamento, indicadores de rentabilidade, indicadores de lucratividade além da análise horizontal e vertical. Foram aplicadas as fórmulas de cada indicador, sendo que a base de dados das demonstrações financeiras das duas cooperativas foram extraídas da internet, e que nenhuma demonstração financeira sozinha é capaz de oferecer todas as informações necessárias para uma análise segura.

O segundo objetivo visou realizar um diagnóstico comparativo da situação econômica e financeira das cooperativas em estudo, contemplando os períodos de 2014, 2015 e 2016.

Analisando os índices de liquidez observou-se nos três anos que a cooperativa Alfa consegue honrar seus compromissos que vencem no curto prazo sem dificuldades, pois para cada R\$1,00 de dívida ela possuía sempre um valor maior a este, tal fato nos faz questionar o motivo da mesma ter tantos recursos disponíveis no ativo circulante, sendo que poderiam estes ser aplicados ou reinvestidos ao invés de estarem “parados” e não dando retorno nenhum organização. Chegasse a hipótese de que a cooperativa esteja possivelmente planejando a compra de alguma outra organização ou até mesmo de construir uma nova planta produtiva. A Copérdia não possui os índices de liquidez tão elevados como os da Alfa, mas também se encontra em uma situação tranquila. Na liquidez geral a mesma possuía capacidade de pagar R\$0,95 para cada R\$1,00 de obrigações tanto no curto como no longo prazo.

Com relação ao endividamento e a participação dos capitais de terceiros a Copérdia demonstrou grande dependência de recursos de terceiros, em 2014 utilizava R\$2,33 de capital de terceiros para cada R\$1,00 de capital próprio, em 2016 esse valor baixou para R\$1,89 mas continua elevado. A Alfa no decorrer dos anos vem baixando esse valor e no ano de 2016 contava com R\$0,78 de capital de terceiros para cada real de capital próprio. Com relação a composição da dívida que mostra quanto das obrigações totais precisam ser pagas no curto

prazo a Copérdia apresentou uma média nos três anos de 74%, enquanto a Alfa apresentou uma média de 61% de obrigações vencíveis no curto prazo.

As análises dos indicadores de rentabilidade concretizaram que nos anos de 2015 e 2016 ambas cooperativas tiveram uma queda na rentabilidade do ativo, a Copérdia no ano de 2014 tinha uma rentabilidade 9% decaindo para 4% em 2016, enquanto a Alfa em 2014 possuía rentabilidade sobre os investimentos de 7% e em 2016 chegou a 6%, e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido também vem decaindo. Portanto nessas condições principalmente para a os associados da Alfa, seria mais conveniente investir seus recursos em alguma aplicação financeira, pois a mesma nos anos de 2014, 2015 e 2016 tinha margens de rentabilidade de 13%, 13% e 11%, respectivamente, sendo que a taxa Selic no mesmo período era de 11,15%, 14,15% e 13,65%. Desta forma seria mais seguro e rentável para a organização apenas investir seu dinheiro, pois estaria em uma aplicação segura, sem riscos de perda ao invés de correr riscos, de mercado, de crises, de inadimplência para capitalizar praticamente o mesmo percentual.

No indicador de lucratividade foram analisados os índices de margem bruta, margem operacional e margem líquida. O ano de 2015 foi o melhor para a Copérdia, pois apresentou sua melhor margem, tanto bruta, operacional e líquida. Já, a Alfa nos anos de 2014 e 2015 possuía a mesma margem, mas em 2016 teve perdas em seu percentual.

Realizadas as análises dos três anos verificou-se que ambas as cooperativas encontram-se em situação favorável, e não correm grandes riscos de comprometer seus capitais. Único ponto é que as duas cooperativas estão com a rentabilidade baixa e seria interessante dar uma certa atenção para a mesma, e também com relação ao alto valor de recursos disponíveis no ativo da Alfa.

Uma limitação observada no decorrer do desenvolvimento do trabalho que merece ser destacada é de que a análise econômica e financeira foi realizada somente entre as duas cooperativas e não possui comparativo nenhum com o ambiente externo, com o setor de mercado em que ambas se encontram.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

BEUREN, Ilse Maria. **Administração Financeira e Custos. Administrando pequenos negócios**. Florianópolis: Escola de novos empreendedores, 2008.

- BRUNI, Adriano Leal. **A análise econômica e financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CHEROBIM, A. P.; RIGO, C. Miessa; LEMES JR, Antônio B. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro, 2002
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CREPALDI, Silvio A. **Curso básico de contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERRARI, Ed Luiz. **Análise das demonstrações contábeis**. Niterói, 2014.
- FIGUEIREDO, Anelice Maria Banhara. et al. **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Chapecó: Uceff, 2014.
- GITMAN, Lawrence. **Princípios da administração financeira**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentaria**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanço**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- JUNIOR, Antônio Barbosa Lemes et. al. **Administração financeira: princípios, fundamentos, e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro, 2002.
- LINS, Luiz dos Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e análises das demonstrações contábeis – uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MACPHERSON, Ian. **Princípios cooperativos para o século XXI**. Lagoa editora Ltda, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Conversas sobre normatização de trabalhos acadêmicos**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2008.
- PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução a administração financeira**. 2 ed. São Paulo, 2015.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria, 2014.

RIBEIRO, Osni M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, A. D. da. **Análise das demonstrações financeiras da Intelbras**. São José, 2005.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da administração**. 3 ed. São Paulo, 2013.

SCHMITZ, Darlan Adriano. **Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de gestão no processo de tomada de decisão na cooperativa agroindustrial cooperativa A1**. Chapecó, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo, 2008.